



## PARECER Nº 387, DE 2022-PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre a PEC nº 32, de 2022 (fase 2), primeiro signatário Senador Marcelo Castro, que *Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no art. 107, define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.*



SF/22034.49444-62

Relator Senador **ALEXANDRE SILVEIRA**

### I – RELATÓRIO

Retorna ao Senado Federal a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, de 2022, após alterações promovidas pela Câmara dos Deputados.

Foram várias alterações aprovadas naquela Casa, muitas das quais, porém, apenas de texto. Por essa razão, nos ateremos às alterações de substância.

Por meio do art. 1º da Proposta, ajusta-se o § 9º do art. 166 da Constituição Federal para alterar para 2% da receita corrente líquida (RCL) o limite de aprovação das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária (PLOA). Ao mesmo artigo da Constituição, insere-se o § 9º-A, para dispor sobre a repartição desse limite, sendo 1,55% para as emendas de Deputados e 0,45% para as de Senadores, e dá-se nova redação ao § 17, para ampliar para 1% da RCL o limite dos restos a pagar de programações provenientes de emendas individuais e de bancada estadual que poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira.

No art. 2º da Proposta, dá-se nova redação ao art. 111 do Ato das Disposições Transitórias (ADCT), em razão da alteração promovida no percentual das emendas individuais, para resguardar a lógica que vigorou no



Novo Regime Fiscal até 2022. Ademais, insere-se o art. 111-A no ADCT, para retomar, a partir de 2024, a lógica do Novo Regime Fiscal respeitante à correção dos valores reservados para as emendas impositivas, consoante normas constitucionais.

No art. 3º da Proposta, restringe-se a apenas 2023 o acréscimo de R\$ 145,0 bilhões ao limite estabelecido no inciso I do caput do art. 107 do ADCT, bem como o não cômputo das despesas decorrentes do aumento de limite para fins de verificação do cumprimento da meta de resultado primário e a ressalva delas à Regra de Ouro.

Altera-se, ainda, o art. 8º da Proposta para autorizar o Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 a apresentar emendas para ações voltadas à execução de políticas públicas, devendo ser elas classificadas de acordo com a alínea “b” do inciso II do § 4º do art. 7º da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023).

É o relatório.

## II – ANÁLISE

A matéria já passou pelo exame de constitucionalidade por parte do Senado Federal quando de sua primeira votação. Assim, reiteramos os argumentos expendidos naquela oportunidade. A PEC nº 32, de 2022, atende as seguintes condições estipuladas pelo art. 60 da CF: i) conta com o apoio de mais de um terço dos Senadores; ii) alvitra a modificação da Lei Maior em um cenário de ausência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio; iii) não objetiva suprimir as cláusulas pétreas, quais sejam, a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais; e iv) não trata de assunto contido em proposta rejeitada ou prejudicada nesta sessão legislativa.

A proposição cumpre os requisitos de juridicidade, pois inova o ordenamento jurídico e é dotada de abstratividade, coercibilidade, generalidade e imperatividade. Cumpre ainda as regras de técnica legislativa constantes da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, com fundamento no art. 59 da CF.



SF/202034.49444-62



Ademais, quanto às alterações feitas pela Câmara dos Deputados, também não observamos vícios de constitucionalidade formal ou material.

Quanto ao mérito, nos posicionamos pela aprovação da matéria com as modificações introduzidas pela Câmara dos Deputados no sentido de adequar o arcabouço constitucional do orçamento público à recente decisão do Supremo Tribunal Federal, como explicitaremos a seguir.

Em primeiro lugar, houve inclusão de novos dispositivos no texto para alocação de dotações no espaço fiscal criado pela recente decisão do STF, a saber:

i. a inclusão, no art. 1º, de dispositivo que viabiliza aumento do percentual da RCL vinculada às emendas individuais, com ajustes nas regras de distribuição entre Deputados e Senadores; e

ii. autorização para que o Relator-Geral do PLOA 2023 apresente emendas até o valor de R\$ 9,85 bilhões, classificadas com o indicador de Resultado Primário 2 (RP 2), destinando recursos para ações voltadas à execução de políticas públicas.

Além disso, houve a supressão da excepcionalização das despesas custeadas com recursos oriundos de operações financeiras com organismos multilaterais do limite do teto de gastos.

Por fim, considerando a louvável preocupação externada pelos nobres colegas parlamentares quanto à sustentabilidade fiscal, a excepcionalização do montante de R\$ 145 bilhões do limite do teto de gastos passa a ser válida apenas para o exercício de 2023. Isso exigirá compromisso do novo governo com o envio tempestivo de projeto de lei complementar para instituir regime fiscal sustentável, garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, de forma que esse novo regime comece a vigorar a partir do exercício de 2024.

Esse é o panorama das alterações promovidas na Câmara dos Deputados, com as quais concordamos na integralidade. Em virtude da recente decisão do STF, em sede de arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF 850, ADPF 851, ADPF 854 e ADPF 1.014), restou necessário o ajuste do processo de emendamento do orçamento público para





reforçar a transparência e a equidade, sem perder o foco principal da PEC na urgência e na importância do socorro à população em situação de vulnerabilidade social com o programa de transferência de renda atualmente denominado “Auxílio Brasil”, permitindo a manutenção do benefício em R\$ 600,00, mais adicional de R\$ 150,00 por criança até 6 anos, para 2023. Além disso, o texto recebido da Câmara dos Deputados mantém o compromisso da União com a responsabilidade e a hígidez fiscal ao exigir o estudo cauteloso mas tempestivo de um novo arcabouço fiscal a ser introduzido em nosso regime jurídico já em 2024.

### III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da PEC nº 32, de 2022, e, no mérito, pela sua aprovação na forma encaminhada pela Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/22034.49444-62